

Ofício nº 229/2024 – ADM/APAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER
AO SENHOR PREFEITO LAURO TOMCZAK

Assunto: Renovação da parceria 2025

Prezado Senhor,

Encaminhamos em anexo a este ofício o Plano de Trabalho para renovação da parceria para o ano de 2024.

O presente plano de trabalho tem como objetivo avaliar e diagnosticar as condições sociais, interacionais, psíquicas, intelectuais, cognitivas, físicas, sensoriais e de funcionamento/comportamento adaptativo de pessoas encaminhadas pela rede ou que procuram espontaneamente esta entidade, que apresentam indícios/suspeitas de atraso global do desenvolvimento, transtorno do desenvolvimento intelectual e transtorno do espectro autista, para propor ações de habilitação e reabilitação para melhoria da qualidade de vida.

Sendo o que apresenta para o momento elevamos votos de estima e distintas considerações.

Atenciosamente,

ELDER JURANDIR
STRINGARI:64542
840930

Assinado de forma digital
por ELDER JURANDIR
STRINGARI:64542840930
Dados: 2024.11.11
16:48:57 -03'00'

ELDER JURANDIR STRINGARI
Presidente
APAE de Jaraguá do Sul

PLANO DE TRABALHO

II – DADOS CADASTRAIS DA OSC, DE SEU (S) REPRESENTANTE (S) LEGAL (AIS) E DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO OU PELA ATIVIDADE ABRANGIDOS PELA PARCERIA

1 – DADOS CADASTRAIS

Nome da OSC: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

CNPJ: 83.784.355/0001-46

Endereço: Rua Benildo Zamin, 560

Bairro: Centenário

Cidade: Jaraguá do Sul

CEP: 89.251-380

DDD/Telefone Fixo: (47) 3054 2750

Celular: (47) 99187 8564

E-mail: direcao@apaejaragua.org.br

1.2- IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE

Nome: Elder Jurandir Stringari

CPF: 645.428.409-30

RG.: 1.587.384 Órgão Expedidor: SSP/SC

Data de Expedição: 03/07/2018

Endereço: Rua Tiberio Rozza, 213

Bairro: Vila Nova

Cidade: Jaraguá do Sul

CEP: 89.250-000

DDD/Telefone Fixo: (47) 3370-8651

Celular: (47) 99941-8167

E-mail:estringari@gmail.com

1.3- IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nome: Simone Orthmann

CPF: 753.837.729-87

RG.: 2.449.636 Órgão Expedidor: SSP/SC

Data de Expedição: 12/05/2017

Formação: Terapeuta Ocupacional

Nº registro no Conselho de Classe: 10/8517

Endereço: Rua Max Doering, 220

Bairro: Czerniewicz

Cidade: Jaraguá do Sul

CEP: 89.255-120

DDD/Telefone Fixo:

Celular: (47) 99973-5662

E-mail: coordenacaotecnica@apaejaragua.org.br

IV–JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA (Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades e metas a serem atingidas)

A APAE de Jaraguá do Sul tem por missão “*promover e articular ações de defesa e garantia de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e a construção de uma sociedade justa e solidária*”. Somos uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação e saúde, temos como compromisso ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que

garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais, seguindo uma característica com dimensões ética, políticas e técnicas. Trata-se de uma entidade pública, responsável pela articulação e coordenação das ações para integração de esforços entre as políticas intersetoriais de atendimento às pessoas com transtorno do desenvolvimento intelectual e/ou múltiplo, transtorno do espectro autista e crianças com atraso global do desenvolvimento, neste caso seu público alvo.

Considerando que a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, instituída pela Portaria MS/GM Nº 1.060, de 05 de junho de 2002, define, como propósitos gerais “proteger a saúde da pessoa com deficiência; reabilitar a pessoa com deficiência na sua capacidade funcional e desempenho humano, contribuir para a sua inclusão em todas as esferas da vida social e prevenir agravos que determinem o aparecimento de deficiências”, ofertamos a comunidade o Programa Avaliação e Diagnóstico, que é o objeto desta parceria e que tem como objetivo avaliar e diagnosticar as condições sociais, interacionais, psíquicas, intelectuais, cognitivas, físicas, sensoriais e de funcionamento/comportamento adaptativo de pessoas encaminhadas pela rede ou que procuram espontaneamente esta entidade, para propor ações de habilitação e reabilitação para melhoria da qualidade de vida.

Ocorre em etapas, compreendendo um período de aproximadamente noventa dias entre o início e a conclusão de todo o processo. As etapas são: acolhida; agendamento das avaliações; solicitação de avaliação da unidade escolar que estiver inserida, se necessário; avaliação propriamente dita, com os diversos profissionais das áreas nas quais são identificadas as necessidades do avaliado; testagens específicas, quando necessário; discussão das avaliações individuais (estudos de casos); elaboração da impressão diagnóstica pela equipe; definição dos encaminhamentos; elaboração de relatório final e devolução da avaliação, isto é, o resultado final é repassado para a família do avaliado ou responsável legal.

No decorrer deste processo reconhecemos também as potencialidades da pessoa avaliada, através da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde Versão Para Crianças e Jovens (CIF-CJ), que nos permite a descrição da situação dentro de uma gama de domínios, e o nível de funcionalidade e incapacidade, bem como identificar os fatores ambientais que constituem barreiras ou são facilitadores à sua funcionalidade.

Permite uma avaliação compreensiva do funcionamento da pessoa e, conseqüentemente, a introdução de adequações necessárias no processo de ações direcionadas, quer para o desenvolvimento das capacidades do indivíduo, quer nos seus diversos contextos de vida.

Os agendamentos para avaliações acontecem durante todo o ano.

Com a firmação da pareceria, recebendo recurso por avaliação e diagnóstico realizada pela equipe multidisciplinar a Entidade poderá manter e melhorar a oferta do serviço, com o intuito de diminuir o tempo de fila de espera, e podendo orientar a família a iniciar os atendimentos necessários

o quanto antes, pois entendemos que quanto antes iniciarmos o acompanhamento com estimulação e habilitação, maiores são as chances de ter suas potencialidades globais desenvolvidas e melhora na qualidade de vida, em toda as suas fases. Os atendimentos acontecerão na filial 1 da Apae, localizada na Rua Procópio Gomes de Oliveira, 1575 no Centro de Jaraguá do Sul, na Integralis – Centro de Avaliação e Diagnóstico.

CAPACIDADE DE ATENDIMENTO

- 40 avaliações anuais

PÚBLICO ALVO

Pessoas com indicativos/suspeita de atraso global do desenvolvimento, transtorno do desenvolvimento intelectual e transtorno do espectro autista.

SERVIÇOS PRESTADOS

Avaliação e Diagnóstico realizado por equipe multidisciplinar (fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, neurologista, pedagoga – pessoas acima de 4 anos).

INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO

Sua estrutura física está organizada da seguinte forma:

- 01 sala para trabalho administrativo;
- 01 sala de recepção;
- 01 sala de espera;
- 01 banheiro adaptado;
- 01 fraldário;
- 14 salas individualizadas para atendimento técnico;
- 01 sala de almoxarifado;
- 01 copa;
- 01 lavanderia;
- Estacionamento.

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS NO PROJETO

Para cumprir com os objetivos da entidade, contamos com profissionais contratados em regime CLT.

Função	Carga Horária	Vínculo	Formação
Pedagoga	40h	CLT	Pedagogia
Terapeuta Ocupacional	30h	CLT	Terapia Ocupacional
Fonoaudióloga	30h	CLT	Fonoaudiologia
Psicólogo	40h	CLT	Psicologia
Fisioterapeuta	30h	CLT	Fisioterapia
Auxiliar Administrativa	40h	CLT	Processos Gerenciais
Psicóloga	30h	CLT	Psicologia
Assistente Social	30h	CLT	Serviço Social
Neurologista	12h	CLT	Medicina
Coordenadora Técnica	40h	CLT	Terapia Ocupacional
Orientadora Técnica	40h	CLT	Orientação técnica
Assistente Social	30h	CLT	Serviço Social
Pedagoga	40h	CLT	Pedagogia
Terapeuta Ocupacional	30h	CLT	Terapia Ocupacional
Fisioterapeuta	30h	CLT	Fisioterapia
Psicóloga	40h	CLT	Psicologia
Fonoaudióloga	30h	CLT	Fonoaudiologia
Neurologista	10h	CLT	Medicina
Recepcionista	40h	CLT	Ensino médio
Jovem Aprendiz	16h	Cedido	Ensino médio incompleto

V- OBJETO DA PARCERIA

Promover a avaliação e o diagnóstico, de pessoas com indícios/suspeitas de atraso global do desenvolvimento, transtorno do desenvolvimento intelectual e transtorno do espectro autista, através de equipe multi e interdisciplinar da saúde (médicos e profissionais de nível superior não médicos).

VI- DESCRIÇÃO DO OBJETIVO GERAL DO PROJETO

Avaliar e diagnosticar as condições sociais, interacionais, psíquicas, intelectuais, cognitivas, físicas, sensoriais e de funcionamento/comportamento adaptativo de pessoas encaminhadas pela rede ou que procuram espontaneamente esta entidade, que apresentam indícios/suspeitas de atraso global

do desenvolvimento, transtorno do desenvolvimento intelectual e transtorno do espectro autista, para propor ações de habilitação e reabilitação para melhoria da qualidade de vida.

VII - DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS QUE SE PRETENDE ALCANÇAR COM A PARCERIA

Avaliar e diagnosticar 40 pessoas que apresentam indícios/suspeitas de atraso global do desenvolvimento, transtorno do desenvolvimento intelectual e transtorno do espectro autista, para propor ações de habilitação e reabilitação para melhoria da qualidade de vida.

Buscar ampliar a oferta do serviço para reduzir o tempo de permanência na fila de espera aumentando a prevenção e qualidade de vida.

VIII - O PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA

12 meses a partir da assinatura do termo.

IX - FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES e INDICADORES A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS E OS MEIOS DE VERIFICAÇÃO

Metas a serem atingidas	Metodologia	Indicadores	Meios de Verificação
Acolher a família e a pessoa indicada para avaliação.	Atendimento via telefone, pessoalmente, encaminhamentos via sistemas, aplicativos sociais (Facebook, site, Instagram, Whatsapp, etc.). Realizada as orientações sobre o processo de avaliação, deixando o usuário e/ou familiar ciente do processo, fila de espera, formas de comunicação.	Relatório de gestão MAPA DE CONTROLE DE AVALIAÇÕES, onde são inseridas as informações das pessoas que procuram por este serviço. As informações são atualizadas semanalmente e os indicadores serão a quantidade de pessoas inseridas no serviço.	Através do uso dos sistemas internos de comunicação, sistemas (MOVTECH e sistema da Saúde de Schroeder, se tiver) e relatório de gestão MAPA DE CONTROLE DE AVALIAÇÕES.
Agendar	O agendamento seguirá as prioridades já estabelecidas pelo SUS, enfatizando que as crianças menores de seis anos e pessoas transferidas de outras	Quantidade de agendamentos realizados no mês, conforme a disponibilidade de agenda dos profissionais/entidade,	Através do uso dos sistemas internos de comunicação, sistemas (MOVTECH e sistema da Saúde de Schroeder, se tiver) e relatório de

	<p>APAEs são público prioritário e estarão tendo seus agendamentos como preferenciais. As demais condições que não forem priorizadas, seguirão aguardando conforme sua entrada na fila de espera.</p>	<p>utilizando os sistemas da entidade e o relatório de gestão MAPA DE CONTROLE DAS AVALIAÇÕES.</p>	<p>gestão MAPA DE CONTROLE DE AVALIAÇÕES.</p>
<p>Avaliar e Diagnosticar</p>	<p>Atendimento técnico individualizado, por profissional da saúde, para avaliar as condições do usuário, conforme área de atuação técnica, contribuindo para as definições da avaliação e do diagnóstico. Cada avaliação técnica tem duração de, no mínimo, uma hora, geralmente sendo necessária mais horas para aplicação de instrumentos, escalas, testagens, entre outros.</p>	<p>Quantidade de agendamentos realizados no mês, conforme a disponibilidade de agenda dos profissionais/entidade, utilizando os sistemas da entidade e o relatório de gestão MAPA DE CONTROLE DAS AVALIAÇÕES.</p>	<p>Através do uso dos sistemas internos de comunicação, sistemas (MOVTECH e sistema da Saúde de Schroeder, se tiver) e relatório de gestão MAPA DE CONTROLE DE AVALIAÇÕES.</p>
<p>Realizar o estudo de caso x definição diagnóstica</p>	<p>Após o usuário passar pelas avaliações individuais da equipe multidisciplinar, há o estudo de caso. Nele, todos os componentes da equipe apresentam os dados levantados</p>	<p>Quantidade de casos discutidos durante o mês.</p>	<p>Através do uso dos sistemas internos de comunicação, sistemas (MOVTECH e sistema da Saúde de Schroeder, se tiver) e relatório de gestão MAPA DE</p>

	<p>durante o processo de avaliação, áreas em defasagens, áreas em desenvolvimento e áreas já desenvolvidas. Após as considerações da equipe, apresentação dos instrumentos utilizados, ocorre a definição do diagnóstico (eventualmente, durante esse processo, são identificados novos fatores, sendo necessário em alguns casos a retomada do processo individual, para novas verificações). Essas reuniões ocorrem semanalmente.</p>		CONTROLE DE AVALIAÇÕES.
Elaborar o relatório de avaliação	<p>Após o estudo de caso e a definição diagnóstica, as informações colhidas durante o período de avaliação (salvaguardando dados sigilosos) são repassadas para o que chamamos de RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO. Nele constarão a identificação do usuário e seus familiares, instrumentos utilizados durante o</p>	Quantidade de relatórios emitidos durante o mês.	Através do uso dos sistemas internos de comunicação, sistemas (MOVTECH e sistema da Saúde de Schroeder, se tiver) e relatório de gestão MAPA DE CONTROLE DE AVALIAÇÕES.

	processo de avaliação, história de vida, avaliações técnicas, conclusão diagnóstica e sugestões e encaminhamentos.		
Realizar a devolutiva	Chamamos de devolutiva a resposta à família do usuário. Nesse momento, apresentamos um resumo do que foi o processo de avaliação (informações trazidas pela família, escola, rede de saúde, entre outros), do que foi observado durante a avaliação, o desempenho do usuário durante a avaliação e a apresentação do diagnóstico. Também orientamos sobre serviços existentes na entidade (quando o usuário for elegível para algum deles) e dos serviços disponíveis na comunidade.	Quantidade de devolutivas efetuadas durante o mês.	Através do uso dos sistemas internos de comunicação, sistemas (MOVTECH e sistema da Saúde de Schroeder, se tiver) e relatório de gestão MAPA DE CONTROLE DE AVALIAÇÕES.

X - DESCRIÇÃO DAS ETAPAS OU FASES DA EXECUÇÃO DO OBJETO, COM PREVISÃO DE INÍCIO E FIM, EVIDENCIANDO O PRAZO PARA A EXECUÇÃO DE CADA FASE DO PROJETO

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO: especificar quais ações/atividades serão desenvolvidas mês a mês. Caso o projeto seja com execução de mais de 1(um) ano, repetir a tabela abaixo.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Ação/Atividade	Metas	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Início da parceria		x											
Definições e ajustes quanto ao fluxograma e uso dos sistemas (APAE x Schroeder)		x	x	x	x								
Serviço de avaliação e diagnóstico			x	x	x	x	x	x	X	x	x	x	x
Relatório de gestão dos serviços prestados			x	x	x	x	x	x	X	x	x	x	x
Término/renovação da parceria													x

XI - MÉTODO DE MONITORAMENTO E CONTROLE DAS AÇÕES A SEREM EXECUTADAS E DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

O que?	Como?	Quando?
Acompanhamento da parceria	<ul style="list-style-type: none"> - Através do relatório de gestão MAPA DE CONTROLE DE AVALIAÇÕES, o qual traz informações sobre a entrada/solicitação de avaliações diagnósticas na entidade, segmento que fez o encaminhamento e a finalização/desfecho do caso; - Fazendo uso do sistema MOVTECH sistema da Saúde de Schroeder, se tiver) 	Mensal
Acompanhamento x controle das avaliações	<ul style="list-style-type: none"> - Através do relatório de gestão MAPA DE CONTROLE DE AVALIAÇÕES, o qual traz informações sobre a entrada/solicitação de avaliações diagnósticas na entidade, segmento que fez o encaminhamento e a finalização/desfecho do caso; - Fazendo uso do sistema MOVTECH sistema da Saúde de Schroeder, se tiver) 	Mensal
Avaliação da parceria	- Através do relatório de gestão MAPA DE CONTROLE DE AVALIAÇÕES;	Semestral

	- Fazendo uso do sistema MOVTECH sistema da Saúde de Schroeder, se tiver)	
Renovação da parceria	- Através do relatório de gestão MAPA DE CONTROLE DE AVALIAÇÕES; - Fazendo uso do sistema MOVTECH sistema da Saúde de Schroeder, se tiver)	Anual

XII - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO EM CONSONÂNCIA COM AS METAS E AÇÕES A SEREM EXECUTADAS.

O valor de cada avaliação completa realizada pela equipe multidisciplinar é de R\$ 2.382,76.
Total de 40 avaliações anual. Total anual de R\$ 95.310,59.

MÊS	1	2	3	4	5	6
Média nº de serviço realizado		3	4	4	4	4
Avaliação e Diagnóstico completo		7 148,28	9 531,04	9 531,04	9 531,04	9 531,04

MÊS	7	8	9	10	11	12
Média nº de serviço realizado	4	4	4	3	3	3
Avaliação e Diagnóstico completo	9 531,04	9 531,04	9 531,04	7 148,28	7 148,28	7 148,28

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2024.

ELDER JURANDIR Assinado de forma digital
por ELDER JURANDIR
STRINGARI:64542840930
840930 Dados: 2024.11.11 16:47:14
-03'00'

Elder Jurandir Stringari
Presidente
APAE de Jaraguá do Sul



ESTATUTO DA APAE DE JARAGUÁ DO SUL

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede e Fins

Art. 1º – A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaraguá do Sul, ou, abreviadamente, Apae de Jaraguá do Sul, fundada em Assembleia realizada em 12 de julho de 1973 nesta cidade de Jaraguá do Sul, passa a regular-se por este Estatuto, pelo Regimento Interno e pela legislação civil em vigor.

Art. 2º – A Apae de Jaraguá do Sul é uma associação civil, beneficente de assistência social, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, tendo sede na Rua:1350, Benildo Zamin, nº560, bairro Centenário, e foro no município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina; Filial I situado na Rua Coronel Procópio Gomes de Oliveira, nº1575, bairro Centro, e foro no município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina e Filial II situado na Rua Arthur Breithaupt, 333, bairro Chico de Paula e foro no município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina.

Art. 3º – A Apae de Jaraguá do Sul tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Art. 4º – A Apae de Jaraguá do Sul adota como símbolo a figura da flor margarida, com pétalas amarelas, centro laranja, pedúnculo e duas folhas verdes, uma de cada lado, ladeada por duas mãos em perfil, na cor cinza, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra, de orientação, tendo embaixo, partindo do centro, dois ramos de louro, contendo tantas folhas quanto forem os números dos estados brasileiros mais o Distrito Federal.

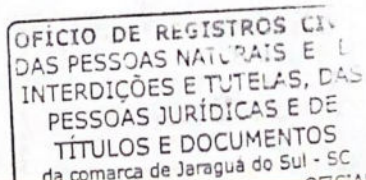
Parágrafo Único – A utilização e a aplicação do símbolo do movimento apaeano deverá observar cores, proporções, áreas de isolamento, tipografia, formatação das assinaturas, em conformidade com o manual da marca expedido pela Federação Nacional das Apaes.

Art. 5º – A bandeira da Apae de Jaraguá do Sul, na cor azul, contendo ao centro o símbolo do movimento apaeano e o nome da Apae, terá dimensões na proporção de 1 de altura por 1,5 de largura.

Parágrafo Único – A confecção da bandeira, contemplando a aplicação da marca e das cores, deverá estar em conformidade com o manual da bandeira expedido pela Federação Nacional das Apaes.

Art. 6º – Os eventos realizados pela Apae poderão utilizar como instrumento norteador o *Manual Básico – Cerimonial da Rede Apae*, elaborado pela Federação Nacional das Apaes, para organização de seus protocolos.

Art. 7º – O dia 11 de dezembro é consagrado como Dia Nacional das Apaes (Lei nº





10.242, de 19 de junho de 2001), e deverá, obrigatoriamente, ser comemorado com o hasteamento da bandeira da Apae.

Art. 8º – Considera-se “Excepcional” ou “Pessoa com Deficiência” aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 9º – São os seguintes os fins e objetivos desta Apae, nos limites territoriais do seu município, voltados a promoção de atividades de finalidades de relevância pública e social, em especial:

I – promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes a proteção social e o pleno exercício da cidadania;

II – promover ao público definido no inciso I a integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;

III – promover a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção da sua inclusão à vida comunitária, no enfrentamento dos limites existentes para as pessoas com deficiência, de forma articulada ou não com ações educacionais ou de saúde, por meio de serviços, programas ou projetos socioassistenciais;

IV – prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

V – oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Art. 10 – Para consecução de seus fins, a Apae se propõe a:

I – executar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de forma gratuita, permanente e continuada aos usuários da assistência social e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação, de forma planejada, diária e sistemática, não se restringindo apenas a distribuição de bens, benefícios e encaminhamentos;

II – prestar serviços e executar programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, de forma continuada, permanente e planejada, voltados à construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social;

III – prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, que tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

OFÍCIO DE REGISTROS CÍ-
VIL DAS PESSOAS NATURAIS E L-
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC



IV – promover campanhas financeiras de âmbito municipal e colaborar na organização de campanhas nacionais, estaduais e regionais, com o objetivo de arrecadar fundos destinados ao financiamento das ações de atendimento à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, bem como a realização das finalidades da Apae;

V – incentivar a participação da comunidade e das instituições públicas e privadas nas ações e nos programas voltados à prevenção e ao atendimento da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

VI – promover parcerias com a comunidade e com instituições públicas e privadas, oportunizando a habilitação e a colocação da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, no mundo do trabalho;

VII – participar do intercâmbio entre as entidades coirmãs, as análogas filiadas, as associações congêneres e as instituições oficiais municipais, nacionais e internacionais;

VIII – manter publicações técnicas especializadas sobre trabalhos e assuntos relativos à causa e à filosofia do Movimento Apaeano;

IX – solicitar e receber recursos de órgãos públicos ou privados, e contribuições de pessoas físicas;

X – firmar parcerias com entidades coirmãs e análogas, solicitar e receber recursos de órgãos públicos e privados, e as contribuições de pessoas físicas e jurídicas;

XI – produzir e comercializar produtos e serviços com ou sem cessão de mão de obra, para manutenção da garantia de qualidade da oferta dos serviços prestados; implantar e manter qualquer atividade-meio, como instrumento de captação de recursos, desde que o resultado operacional seja aplicado integralmente nos objetivos estatutários, e que a operação seja registrada segregadamente em sua contabilidade destacadas em suas Notas Explicativas.

XII – fiscalizar o uso do nome “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”, do símbolo e da sigla Apae, informando o uso indevido à Federação das Apaes do Estado ou à Federação Nacional das Apaes;

XIII - promover meios para o desenvolvimento de atividades extracurriculares para os seus assistidos e às suas famílias;

XIV – desenvolver ações de fortalecimento de vínculos familiares, prevenindo a ocorrência de abrigamentos;

XV – apoiar e/ou gerenciar casas-lares para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, em situação de risco social ou abandono;

XVI – garantir a participação efetiva das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, na gestão das Apaes;

XVII – coordenar e executar, nos limites territoriais do seu município, os objetivos, programas e a política da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das

OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS
DAS PESSOAS NATURAIS E DE
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC
Adolfo Gubba Lebrmann - OFICIAL



Apaes, promovendo, assegurando e defendendo o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do Movimento Apaeano;

XVIII – atuar na definição da política municipal de atendimento à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, em consonância com a política adotada pela Federação das Apaes do Estado e pela Federação Nacional das Apaes, coordenando e fiscalizando sua execução;

XIX – articular, junto aos poderes públicos municipais e às entidades privadas, políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

XX – encarregar-se, em âmbito municipal, da divulgação de informações sobre assuntos referentes à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, incentivando a publicação de trabalhos e de obras especializadas;

XXI – compilar e/ou divulgar as normas legais e os regulamentares federais, estaduais e municipais, relativas à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, provocando a ação dos órgãos municipais competentes no sentido do cumprimento e do aperfeiçoamento da legislação;

XXII – promover e/ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas em relação à causa da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, propiciando o avanço científico e a permanente formação e capacitação dos profissionais e voluntários que atuam na Apae;

XXIII – promover e/ou estimular o desenvolvimento de programas de prevenção da deficiência, de promoção, de proteção, de inclusão, de defesa e de garantia de direitos da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, de apoio e orientação à sua família e à comunidade;

XXIV – estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente dos serviços prestados pela Apae, impondo-se a observância dos mais rígidos padrões de ética e de eficiência, de acordo com o conceito do Movimento Apaeano;

XXV – divulgar a experiência apaeano em órgãos públicos e privados, pelos meios disponíveis;

XXVI – desenvolver o programa de autodefensoria, garantindo a participação efetiva das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, na gestão da Apae;

XXVII – promover e articular serviços e programas de prevenção, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, trabalho, visando à plena inclusão da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Art. 11 – A Apae de Jaraguá do Sul integra-se, por filiação, à Federação Nacional das Apaes, de quem recebe orientação, assessoramento e permissão para uso de nome, símbolo e sigla APAE, a cujo Estatuto adere.

§ 1º - Após a filiação à Federação Nacional das Apaes, a Apae, será automaticamente

OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS
DAS PESSOAS NATURAIS E
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS



filiada à Federação do seu respectivo Estado, a cujo Estatuto adere.

§ 2º – A concessão, a utilização e a permanência do direito de uso do nome, símbolo e sigla Apae pela filiada estão condicionadas à observância do Estatuto, das Resoluções, do Regimento Interno e das decisões dos órgãos diretivos da Federação Nacional das Apaes e da Federação das Apaes dos Estados.

§ 3º – A Apae apresentará, anualmente, à Federação das Apaes do Estado, até o dia 30 de abril, relatório sucinto de suas atividades, plano de ações para o ano seguinte, indicando os pontos positivos e negativos encontrados em sua administração, no exercício.

Art. 12 – A Apae preservará sua autonomia administrativa, financeira e jurídica perante a Federação das Apaes do Estado, Federação Nacional das Apaes, Administração Pública e entidades privadas, não gerando, em nenhuma hipótese, direitos a vínculos empregatícios entre seus funcionários, dirigentes, prepostos e/ou contratados, competindo a cada uma, particularmente e com exclusividade, o cumprimento das suas respectivas obrigações comerciais, contratuais, trabalhistas, sociais, de acidentes do trabalho, previdenciárias, fiscais e tributárias, de conformidade com a legislação vigente e/ou práticas comerciais, financeiras ou bancárias em vigor.

CAPÍTULO II

Dos Associados

Seção I

Do Quadro Social

Art. 13 – A Apae de Jaraguá do Sul é constituída por número ilimitado de associados, pessoas físicas e jurídicas, neste caso representada pelo Diretor ou Presidente que consta do contrato social.

§1º – São requisitos para admissão do associado: idoneidade, maioridade, capacidade legal, envolvimento com a causa da pessoa com deficiência, compromisso com as ações desenvolvidas pela Apae.

§2º – Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da Apae.

Art. 14 – O quadro social da Apae é constituído pelas seguintes categorias de associados:

I – Contribuintes: pessoas físicas e jurídicas, devidamente cadastradas, que contribuem com a Apae por contribuição regular, em dinheiro, mediante manifestação de vontade em contribuir para a execução dos objetivos da Apae, firmando termo de adesão de associado; sendo que o voto da pessoa jurídica será exercido por apenas 01 (um) sócio/diretor representante.

II – Especiais: pessoas com deficiência, maiores de 16 anos, que estejam matriculadas nos programas de atendimento da Apae, seus pais e mães ou responsáveis legais, sendo-

OFÍCIO DE REGISTROS CÍVIL
DAS PESSOAS NATURAIS E
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC



lhes assegurado o direito de votar e de serem votados, exigindo-se o termo de adesão;

Art. 15 – Compete à Apae exigir de seus associados o permanente exercício de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano.

Seção II

Dos Títulos Honoríficos

Art. 16 – A Apae poderá conceder, em casos especiais, os títulos honoríficos de Agraciado Benemérito e Agraciado Honorário.

I – São Agraciados Beneméritos as personalidades, físicas ou jurídicas, que a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, hajam contribuído de maneira apreciável para o progresso do movimento das Apaes.

II – São Agraciados Honorários as personalidades, nacionais ou estrangeiras, que a juízo do Conselho de Administração ou por proposta da Diretoria Executiva, tenham prestado relevantes serviços à causa da pessoa com deficiência ou tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da deficiência;

III – A concessão de título honorífico será deliberada em votação secreta, no mínimo, por dois terços da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Apae.

IV – O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva indicarão uma Comissão composta por 2 (dois) membros da Diretoria Executiva e 2 (dois) membros do Conselho de Administração, para examinar as obras e o "*curriculum vitae*" dos indicados, deliberando por votação de, no mínimo, dois terços dos seus membros.

V – A concessão de título honorífico não cria obrigação para o agraciado em relação à Apae, nem lhe assegura os direitos previstos aos associados contribuintes definidos neste Estatuto.

Seção III

Dos Direitos dos Associados

Art. 17 – São direitos assegurados aos Associados Especiais e Contribuintes, quites com suas obrigações sociais:

I – ter o seu filho ou dependente com deficiência matriculado na Apae e utilizar-se dos serviços por ela prestados;

II – participar das Assembleias Gerais;

III – propor candidatos à eleição de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da Apae;

IV – participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da

OFICIO DE REGISTROS CIVIS
DAS PESSOAS NATURAIS E DE
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC



Apae, usando da palavra, mas sem direito a voto;

V – apresentar, à Diretoria Executiva, idéias e sugestões, temas para discussão, teses e assuntos de interesse comum;

VI – participar de todos os eventos organizados pela Apae, pelo Conselho Regional, pela Federação das Apaes do Estado e pela Federação Nacional das Apaes;

VII – apresentar propostas de alteração do Estatuto da Apae, submetendo-as à apreciação e à aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das Apaes;

VIII – participar de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos, quando convidado e de acordo com sua disponibilidade;

IX – requerer o desligamento do quadro social, mediante solicitação dirigida à Diretoria da Apae;

X – em caso de morte, os direitos do associado não se transferem a terceiros;

XI – convocar os órgãos deliberativos da Apae quando houver requerimento de 1/5 (um quinto) dos associados.

§ 1º – As pessoas agraciadas com títulos de Benemérito e Honorário, não estão na condição de associados, exceto quando se enquadrarem como associados contribuintes ou associados especiais.

§ 2º – Para gozar de qualquer dos direitos acima enumerados, é necessário que o associado se encontre quite com suas obrigações sociais.

§ 3º – Os associados contribuintes, quando funcionários da Apae, com vínculo direto ou indireto, não poderão votar nem serem votados, nem convocar Assembléia Geral Extraordinária.

Seção IV

Das Obrigações dos Associados

Art. 18 – São obrigações dos associados da Apae:

I – manter padrão de conduta ética de forma a preservar e a aumentar o conceito do Movimento Apaeano no município;

II – pagar as contribuições enquanto associados contribuintes, e prestar todas as informações solicitadas pelos órgãos diretivos;

III – aceitar as incumbências que lhes forem atribuídas pelos órgãos diretivos da Apae, participando de diferentes comissões técnicas, de estudo e de trabalhos;

IV – cumprir, acatar e respeitar as disposições estatutárias, as resoluções da Diretoria Executiva, o regimento interno, bem como as decisões dos órgãos diretivos da Apae;

OFÍCIO DE REGISTROS C.
DAS PESSOAS NATURAIS E DE
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC



V – informar, por escrito, aos órgãos diretivos da Apae, quando identificar qualquer suspeita de irregularidade no funcionamento de serviços, para averiguação e providências;

VI – submeter as propostas de alteração do Estatuto da Apae à apreciação e à aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das Apaes.

Seção V

Das Penalidades Aplicáveis aos Associados

Art. 19 – As infrações ao presente Estatuto e as irregularidades de qualquer natureza cometidas pelos Associados acarretarão procedimentos e penalidades aplicados pela Diretoria Executiva da Apae, nas modalidades de advertência, suspensão e exclusão.

I – Advertência para punir faltas leves conforme sejam definidas e regulamentadas pelo Conselho de Administração, a qual será aplicada pelo Presidente da Apae;

II – Suspensão do direito de votar e ser votado pelo prazo de 08 (oito) anos para os cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

III – Exclusão do quadro social quando as infrações consistirem em desvio de ética do associado como componente do corpo social, dos compromissos, padrões de conduta, filosofia, Estatuto, Regulamento e Resoluções da Apae, da Federação das Apaes do Estado e da Federação Nacional das Apaes.

§ 1º – A exclusão será deliberada e aplicada pelos membros da Diretoria Executiva, *ad referendum* do Conselho de Administração para punir faltas muito graves.

§ 2º – Fica assegurado prévio direito de defesa a todos os associados quando lhes forem imputadas as infrações previstas neste artigo, cabendo-lhes, ainda, na hipótese de suspensão e exclusão, recurso para a Assembleia Geral, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação.

§ 3º – A exclusão considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no § 2º deste artigo.

Seção VI

Do Processo de Apuração de Irregularidades na Apae

Art. 20 – Diante de irregularidades na Apae, será constituída Comissão de Ética designada pela Federação das Apaes do Estado e/ou pela Diretoria da Apae que não seja parte das denúncias apresentadas, marcando-se prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a defesa que tiver, assegurados aos denunciados a ampla defesa e o contraditório.

OFÍCIO DE REGISTROS CÍVIL
DAS PESSOAS NATURAIS E DE
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC
Margot Adella Grubba Lehmann - OFICIAL
Felippe Lehmann - Humberto Lehmann



I – O não atendimento, pelo associado, aos termos da notificação, sujeitá-lo-á aos procedimentos de advertência, suspensão ou exclusão, decretados pela Diretoria Executiva da Apae "ad referendum" do Conselho de Administração.

II – À Comissão de Ética compete apurar os fatos noticiados encaminhando relatório circunstanciado para a Federação das Apaes do Estado e/ou para a Diretoria da Apae, que expedirá parecer conclusivo.

III – A análise dos relatórios será feita pela Diretoria Executiva "ad referendum" do Conselho de Administração da Federação das Apaes do Estado e/ou da Apae que expedirá parecer recomendando a aplicação das penalidades previstas no art. 19, a intervenção na Apae ou ainda o arquivamento da denúncia.

IV – Caracterizada a necessidade de Intervenção, caberão aos interventores todos os atos de gestão na Apae, incluindo negociação com o Poder Público, acerto de dívidas, regularização da documentação, continuidade dos atendimentos e dos projetos já existentes, contratação e dispensa de funcionários, entre outros.

V – A Intervenção terminará com a eleição da nova Diretoria da Apae, que, assumindo o cargo, responsabilizar-se-á por dar continuidade aos trabalhos iniciados, dentro do padrão de ética e unidade do Movimento Apaeano.

VI – Nos casos em que todos os procedimentos adotados pela Federação das Apaes do Estado, no processo de intervenção, não sejam capazes de superar as dificuldades existentes na Apae, caberá a esta mesma Federação comunicar a Federação Nacional das Apaes para a aplicação da sanção consistente na cassação da autorização do uso do nome, sigla e símbolo Apae, com remessa dos fatos apurados ao Ministério Público Estadual e Federal, se for o caso, para as providências cabíveis, dando-se ampla divulgação no município.

VII – Os procedimentos para aplicação das penalidades serão regulamentados no Regimento Interno ou por meio de resoluções baixadas pela Diretoria Executiva da Apae "ad referendum" do Conselho de Administração.

VIII – O recurso de qualquer penalidade aplicada terá efeito somente devolutivo e será dirigido e apreciado pela Assembleia Geral Extraordinária.

CAPÍTULO III

Da Organização, do Funcionamento e da Administração da Apae

Seção I

Da Organização

Art. 21 – São órgãos da Apae, responsáveis por sua administração:

I – Assembleia Geral;

OFÍCIO DE REGISTROS CIVIL
DAS PESSOAS NATURAIS E DE
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC
Margot Adella Grubba Lehmann - OFICIAL
Felippe Lehmann - Humberto Lehmann
Substitutos



II – Conselho de Administração;

III – Conselho Fiscal;

IV – Diretoria Executiva;

V – Autodefensoria;

VI – Conselho Consultivo.

§ 1º – Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, e os da Diretoria Executiva deverão ser associados contribuintes da Apae há, pelo menos, 1 (um) ano, preferencialmente com experiência diretiva no Movimento Apaeano, quites com suas obrigações junto à tesouraria, ou associados especiais que comprovem matrícula e frequência regulares há, no mínimo, 1(um) ano, nos programas de atendimento da Apae.

§ 2º – O exercício das funções de membros dos órgãos indicados neste artigo não pode ser remunerado por qualquer forma ou título, sendo vedada a distribuição entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

§ 3º – Os cargos do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e o da Diretoria Executiva deverão ser ocupados, sempre que possível, por, no mínimo, 30% de pais ou responsáveis legalmente constituídos.

Art. 22 – Dirigentes de empresas terceirizadas, seus cônjuges, descendentes ou ascendentes, conviventes e parentes até o terceiro grau, que mantenham qualquer vínculo contratual ou comercial com a Apae, não poderão integrar a sua Diretoria Executiva, o seu Conselho de Administração nem o seu Conselho Fiscal.

Seção II

Da Assembleia Geral

Art. 23 – A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, órgão soberano da Apae, será constituída pelos associados especiais e contribuintes que a ela comparecerem, quites com suas obrigações sociais e financeiras.

§ 1º – Terão direito de votar, nas Assembleias Gerais os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da Apae, e os associados contribuintes, exigindo-se destes a adesão ao quadro de associados da Apae há, no mínimo, 1 (um) ano, e que estejam em dia com suas obrigações sociais e financeiras.

OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS
DAS PESSOAS NATURAIS E DE
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC
Margot Adella Grubba Lehmann - OFICIAL



§ 2º – No caso de procuração, esta deverá ter firma reconhecida em cartório, sendo que o outorgante e o outorgado deverão ser associados da Apae.

§ 3º – Não se admite mais de uma procuração por associado especial ou contribuinte.

§ 4º – A Assembleia Geral será instalada pelo Presidente da Apae. Na sequência, serão procedidas as eleições do Presidente e do Secretário da Assembleia para conduzir os trabalhos. Havendo mais de um candidato para os cargos de Presidente e Secretário da Assembleia Geral, serão constituídas chapas para votação direta.

§ 5º – Em caso de empate para os cargos de Presidente e Secretário da Assembleia, considerar-se-á eleito o associado há mais tempo no quadro social da Apae.

§ 6º – Caberá ao Presidente da Assembleia Geral Ordinária passar a palavra ao atual Presidente da Apae, que fará a prestação de contas do seu mandato, apresentando o balanço e o relatório de atividades, submetendo-os à aprovação da Assembleia Geral.

§ 7º – Na sequência, será realizada a eleição por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única.

Art. 24 – A convocação da Assembleia Geral far-se-á, obrigatoriamente, por publicação do Edital no site da Apae e em jornal físico ou online de circulação no município da Apae, quando houver, admitindo-se a disponibilização complementar nas redes sociais, por notificação aos associados, e-mail, circular ou outros meios convenientes, editais afixados no quadro de aviso da Apae e nos principais lugares públicos do município, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

§ 1º – No edital de convocação da Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, deverão constar a data, horário, local e a respectiva ordem do dia.

§ 2º – A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria dos associados, e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois, devendo ambas constarem dos editais de convocação, não exigindo a lei quórum especial.

Art. 25 – À Assembleia Geral, órgão soberano da Apae, compete exclusivamente:

I – homologar as alterações do Estatuto;

II – decidir sobre fusão, transformação e extinção da Apae;

III – eleger os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

IV – destituir membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

V – aprovar o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva;

OFICIO DE REGISTROS CIVIS
DAS PESSOAS NATURAIS E DE
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC
Margot Adella Grubba Lehmann - OFICIAL



VI – verificar a qualificação dos membros do Conselho Consultivo e proclamá-los, na forma estabelecida neste Estatuto;

VII – apreciar recursos contra decisões da Diretoria.

Parágrafo único – As Assembleias Gerais realizar-se-ão, preferencialmente, na sede da Apae.

Art. 26 – A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á de três em três anos, no mês de novembro, para os fins determinados nos incisos III e VI do artigo 25.

Parágrafo único – Com exceção do ano de eleição da Diretoria da Apae, o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva previstos no inciso V do art. 25 serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, especialmente convocada para esse fim, até o dia 31 de maio de cada ano, com base nos demonstrativos contábeis encerrados em 31 de dezembro do ano anterior.

Art. 27 – A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pela Diretoria Executiva, pelo Conselho de Administração ou, quando houver requerimento assinado, por, no mínimo, um quinto dos associados em dia com suas obrigações sociais financeiras, para os fins indicados nos incisos I, II, IV e VII do artigo 25, ou para tratar de assunto especial, determinado na sua convocação.

Parágrafo único – Para fins do disposto nos incisos I e IV do artigo 25, será exigido o voto concorde da maioria simples dos associados da Apae na Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim.

Seção III

Do Conselho de Administração

Art. 28 – O Conselho de Administração, composto de, no mínimo, 05 (cinco) membros, será eleito pela Assembleia Geral Ordinária, dentre os associados em pleno gozo de seus direitos, bem assim quites com seus deveres associativos previstos neste Estatuto.

§ 1º – O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§ 2º – No caso de ocorrer vaga ou impedimento de algum dos membros do Conselho de Administração, o preenchimento será feito conforme decisão a ser tomada na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar.

§ 3º – O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente de 06 em 06 meses, obrigatoriamente, ou nos prazos que fixar o Regimento Interno, e, extraordinariamente, mediante convocação da Diretoria Executiva, ou de, pelo menos, 1/3 (um terço) de seus próprios membros.

§ 4º – As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria, com a presença, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS
DAS PESSOAS NATURAIS E DE
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC
Marcelo Della Giubba Lohmann - OFICIAL



§ 5º – Os membros da Diretoria Executiva poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração e delas participar, sem direito a voto.

§ 6º – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas e secretariadas pelo Presidente e pelo Diretor Secretário da Apae, respectivamente, cabendo ao Presidente o direito ao voto de Minerva.

Art. 29 – Compete ao Conselho de Administração:

I – aprovar o Regimento Interno da Apae;

II – emitir parecer, para encaminhamento à Assembleia Geral, sobre as contas da Diretoria Executiva, previamente examinadas pelo Conselho Fiscal;

III – aprovar o Plano Anual de Atividades da Apae, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;

IV – examinar o relatório de atividades da Diretoria Executiva e a situação financeira da Apae, em cada exercício;

V – responder às consultas feitas pela Diretoria Executiva;

VI – deliberar, em conjunto com a Diretoria Executiva, sobre os casos omissos neste Estatuto e no Regimento Interno;

VII – examinar e deliberar sobre a política de atendimento à pessoa com deficiência intelectual ou múltipla no âmbito da Apae;

VIII – referendar ou não, bem como rever, quando for o caso, penalidades aplicadas pela Diretoria Executiva;

IX – aprovar ou não o nome do Procurador Jurídico e do Procurador Adjunto, indicados pela Diretoria Executiva;

X – preencher as vagas que se verificarem no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal;

XI – referendar os nomes para as vagas na Diretoria Executiva, indicados pela mesma, permanecendo os que desta forma forem investidos no exercício do cargo pelo restante do mandato dos substituídos;

XII – escolher, por meio de voto secreto, um nome dentre aqueles apresentados pela Diretoria Executiva como candidato à Presidência da Apae, permitindo-se ao mesmo indicar toda a nominata para o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva;

XIII – assumir a Presidência da Apae, no caso de renúncia ou destituição da Diretoria Executiva, por indicação de três de seus membros, convocando Assembleia Geral Extraordinária para eleição da Diretoria Executiva no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS
DAS PESSOAS NATURAIS E DAS
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC



XIV – aprovar a alienação ou aquisição de bens imóveis;

XV – aquisição e alienação de bens de que trata o inciso XIV deste artigo, somente será permitida se aprovada por decisão de, no mínimo, dois terços de seus membros;

XVI – aprovar por, no mínimo, dois terços dos votos dos seus membros, a obtenção de financiamento referido no inciso VII do artigo 35.

XVII – Estabelecer o valor mínimo da contribuição para os associados contribuintes, anualmente, na primeira reunião;

XVIII – Aprovar o regulamento de compras, alienações e contratações de bens, obras e serviços que deverá ser utilizado de maneira obrigatória na forma do quanto dispuser.

Seção IV

Do Conselho Fiscal

Art. 30 – O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, dentre associados em pleno gozo de seus direitos, preferencialmente com experiência administrativa, contábil e fiscal.

§ 1º – O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 3 (três) anos, permitindo-se a reeleição.

§ 2º – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Art. 31 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – reunir-se no mínimo duas vezes por ano, examinar e dar parecer sobre as contas da Diretoria Executiva da Apae, deliberando com a presença de seus membros titulares, convocando-se seus suplentes, tantos quantos necessários, no caso de ausência, renúncia ou impedimento;

II – examinar os livros de escrituração da entidade;

III – examinar o balancete semestral apresentado pelo Diretor Financeiro, opinando a respeito;

IV – apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;

V – opinar sobre aquisição e alienação de bens;

VI – promover gestões para o correto funcionamento fiscal da instituição;

VII – fornecer, obrigatoriamente, a cada seis meses, relatórios da situação fiscal e sugestões, quando necessário, para prevenir e corrigir problemas posteriores.

OFÍCIO DE REGISTROS CIVIL
DAS PESSOAS NATURAIS E DE
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC
Margarida Adella Grubba Lehmann - OFICIAL



VIII – opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas.

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal poderá utilizar-se do assessoramento de um Auditor, de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, se assim necessitar.

Seção V

Da Diretoria Executiva

Art. 32 – A Diretoria Executiva da Apae será composta de, no mínimo:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – 1º e 2º Diretores Secretários;

IV – 1º e 2º Diretores Financeiros;

V – Diretor de Patrimônio;

VI – Diretor Social.

§ 1º – A Diretoria Executiva será eleita em Assembleia Geral Ordinária, a cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim.

§ 2º – O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 (três) anos, permitindo-se uma reeleição consecutiva.

§ 3º – Ao Presidente é permitido concorrer somente a 1 (uma) reeleição consecutiva, podendo ocupar, porém, outros cargos na Diretoria Executiva, exceto o de Vice-Presidente e os de Diretores Financeiros.

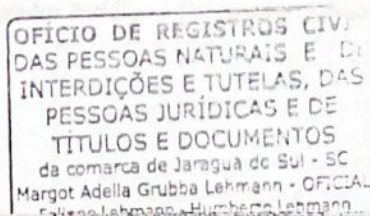
Art. 33 – A Diretoria Executiva reunir-se-á, no mínimo, de 02 em 02 meses, sendo necessária a presença de, pelo menos, cinco de seus membros, para as deliberações.

§ 1º – As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples de votos dos membros presentes.

§ 2º – O Presidente terá, além do seu, o voto de Minerva nos casos de empate.

§ 3º – Perderá o mandato qualquer dos membros da Diretoria Executiva, aquele que, sem justo motivo, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas da Diretoria, ou a seis, alternadamente.

Seção VI





Das Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 34 – Compete à Diretoria Executiva:

- I – promover e fomentar a realização dos fins da Apae;
- II – elaborar o Regimento Interno da Apae e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração;
- III – lavrar em ata a aprovação e a admissão de novos associados;
- IV – lavrar em ata o pedido de desligamento do associado e a sua aprovação, não cabendo negativa da solicitação;
- V – elaborar e submeter ao Conselho de Administração, em até 60 dias do início do exercício, o plano anual/plurianual de atividades da Apae, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;
- VI – submeter suas contas ao exame do Conselho Fiscal, encaminhando-as posteriormente ao Conselho de Administração para parecer, remetendo-as, a seguir, à Assembleia Geral para aprovação;
- VII – submeter ao Conselho de Administração o relatório de suas atividades e a situação financeira da Apae, em cada exercício;
- VIII – constituir comissões especiais encarregadas da execução dos fins da Apae, supervisionando sua atuação;
- IX – criar os cargos necessários aos serviços técnicos e administrativos;
- X – promover campanhas de levantamento de fundos, aprovadas pelo Conselho de Administração;
- XI – convocar a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;
- XII – pagar as contribuições à Federação Nacional das Apaes;
- XIII – respeitar e fazer respeitar o presente Estatuto, o Estatuto da Federação das Apaes do Estado e o Estatuto da Federação Nacional das Apaes;
- XIV – promover a participação da Apae em Olimpíadas, Festivais, Congressos e em outros eventos;
- XV – adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, após aprovação do Conselho de Administração, nos casos que couber;
- XVI – receber e fazer doações *ad referendum* do Conselho de Administração.
- XVII – indicar ao Conselho de Administração o nome das pessoas que possam ser aprovadas para exercerem o cargo de Procurador Jurídico e Procurador Adjunto;

OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS
DAS PESSOAS NATURAIS E DE
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC



XVIII – estabelecer o valor da contribuição para os associados contribuintes;

XIX – dar conhecimento ao Conselho de Administração, na primeira reunião deste, das penalidades aplicadas aos seus associados;

XX – convidar os membros do Conselho Consultivo para participar dos eventos realizados pela Apae;

XXI – apresentar ao Conselho de Administração, com até 60 (sessenta) dias de antecedência da data de realização da Assembleia Geral Ordinária, os nomes dos candidatos à Presidência da Apae, garantindo-se ao candidato a Presidente escolhido a indicação dos nomes para concorrerem na Assembleia Geral Ordinária aos demais cargos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

XXII – indicar nomes para preenchimento das vagas que se verificarem na Diretoria Executiva, no curso do mandato, submetendo-os ao referendo do Conselho de Administração.

§ 1º. Não caberá a indicação de nomes para preenchimento das vagas na Diretoria Executiva, simultaneamente, para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores Financeiros e Diretores Secretários, devendo, nesse caso, ser convocada Assembleia Geral para eleição dos membros que ocuparão tais cargos na Diretoria Executiva.

§ 2º. As contas mencionadas no inciso VI e VII deverão:

a) Observar os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de contabilidade;

b) ser publicadas na página da internet a cada encerramento de exercício fiscal juntamente com o relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão, sem prejuízo das publicações em diário oficial quando forem exigidas.

§ 3º. Para fins do que dispõe o parágrafo anterior, na impossibilidade de disponibilização na página eletrônica, cada encerramento de exercício fiscal juntamente com o relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS deverão ser publicadas obrigatoriamente em diário oficial do Estado ou do Município ou em jornal de grande circulação no Estado para exame de qualquer cidadão, sem prejuízo das publicações em diário oficial quando forem exigidas.

§ 4º. A Apae deverá manter escrituração contábil regular que registre as receitas e as despesas, bem como o registro em gratuidade, de forma segregada, em consonância com as normas do Conselho Federal de Contabilidade e com a legislação fiscal em vigor.

§ 5º. A Diretoria Executiva, com prévia justificativa, poderá convocar a realização de Assembleias Gerais em modalidade virtual, ou qualquer outra reunião, desde que o sistema de deliberação remota garanta os direitos de voz e de voto a quem os teria em reunião ou assembleia presencial.

OFÍCIO DE REGISTROS CIVIL
DAS PESSOAS NATURAIS E DE
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC
Margot Adella Grubba Lehmann - OFICIAL
Felipe Lehmann - Escrivão



Seção VII

Das Atribuições dos Membros da Diretoria Executiva

Art. 35 – Compete ao Presidente:

I – assegurar o pleno funcionamento dos serviços da Apae nos seus aspectos legais, administrativos, técnicos e pedagógicos, com o apoio do Conselho de Administração;

II – convocar a Assembleia Geral, as reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;

III – representar a Apae, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante as entidades de direito público e privado;

IV – representar a Apae judicialmente, cabendo-lhe impetrar Mandado de Segurança coletivo e outras ações judiciais, em defesa dos interesses da associação;

V – apresentar ao Conselho de Administração o relatório anual da Diretoria sobre as atividades da Apae, ao fim de cada ano e ao término do mandato, à Assembleia Geral;

VI – dirigir a Apae, ressalvada a competência do Conselho de Administração, atendendo à perfeita consecução de seus fins, podendo delegar, parcialmente, suas atribuições;

VII – assinar cheques, contratos de empréstimo bancário, ordens de pagamento e transferências bancárias conjuntamente com o 1º Diretor Financeiro ou com o seu substituto estatutário, no exercício do cargo, para pagamento das obrigações financeiras da entidade;

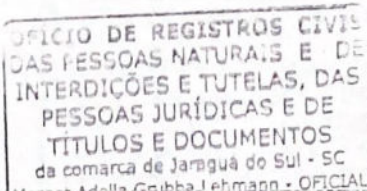
VII.A – Os recursos financeiros mencionados no inciso VII deverão ser movimentados por meio de cheques nominais, assinados pelo Presidente e pelo 1º Diretor Financeiro ou por meio eletrônico, inclusive, por meio de cartão magnético.

VII.B – Na hipótese de a movimentação dos recursos efetivar-se por meio eletrônico, inclusive, por meio de cartão magnético, fica autorizado ao Presidente ou 1º Diretor Financeiro a utilização desses meios de pagamento de forma individual e isolada, podendo realizar pagamentos, transferências, saques, emitir extratos, enfim, todas as operações financeiras necessárias à movimentação dos valores.

VIII – instalar, prover e supervisionar assessorias e coordenadorias que julgar necessárias, constituindo um colegiado com concepções, diretrizes e ações unificadas;

IX – zelar pelo conhecimento, utilização e aplicação dos Estatutos, Regimentos e Regulamentos em vigência, pelos Diretores, funcionários, técnicos e voluntários;

X – ratificar de modo expresso, à Federação das Apaes do Estado e à Federação Nacional das Apaes, o compromisso de aderir, acatar e respeitar seus respectivos Estatutos;





XI – cumprir e fazer cumprir as prescrições deste Estatuto, bem como as diretrizes estabelecidas no Regimento Interno da Apae;

XII – submeter previamente os contratos, convênios, termos de parceria e minutas para o Parecer do procurador jurídico.

§ 1º – O Presidente será substituído, em suas faltas, licenças e impedimentos, pelo Vice-Presidente.

§ 2º – Para fins de obtenção de financiamento referido no inciso VII deste artigo, serão exigidas as aprovações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração por, no mínimo, dois terços dos votos.

Art. 36 – Compete ao Vice-Presidente:

I – substituir o presidente em suas faltas, licenças e impedimentos;

II – exercer funções e atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Parágrafo único – Em caso de renúncia, destituição ou morte do Presidente, o Vice-Presidente assumirá a Presidência até o fim do mandato, valendo para todos os efeitos, independente do tempo do exercício como o cumprimento de um mandato.

Art. 37 – Compete ao 1º Diretor Secretário:

I – secretariar as Assembleias Gerais, as reuniões da Diretoria Executiva e as do Conselho de Administração, redigindo suas atas em livro próprio;

II – superintender o funcionamento de todos os serviços de secretaria e divulgar as notícias das atividades da Apae;

III – exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas;

IV – entregar aos membros da Diretoria Executiva, na primeira reunião do mandato, cópia do Estatuto da Apae;

V – disponibilizar aos associados, na Secretaria, o acesso e a leitura do Estatuto da Apae;

VI – exercer a presidência da Apae no caso de impedimento temporário, não superior a 06 meses, do Presidente e do Vice-Presidente.

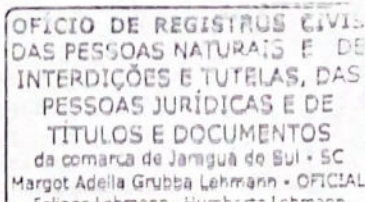
Art. 38 – Compete ao 2º Diretor Secretário:

I – substituir o 1º Diretor Secretário em suas faltas, licenças e impedimentos;

II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;

III – exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 39 – Compete ao 1º Diretor Financeiro:





I – elaborar a previsão orçamentária, semestralmente, e submetê-la à aprovação da Diretoria Executiva;

II – conservar sob sua guarda e responsabilidade os documentos relativos ao departamento financeiro;

III – assinar cheques, contratos de empréstimo bancário e/ou ordens de pagamento conjuntamente com o Presidente ou com seu substituto estatutário, para pagamento das obrigações financeiras da Apae;

IV – promover e dirigir a arrecadação da receita social, depositá-la e aplicá-la de acordo com decisão da Diretoria Executiva;

V – fazer pagamentos nos limites ou pela forma estabelecida por decisão da Diretoria Executiva;

VI – manter em dia a escrituração da receita e da despesa da Apae, e contabilizá-la sob a responsabilidade de um contador habilitado;

VII – apresentar à Diretoria Executiva os balancetes mensais, o relatório anual sobre a situação financeira e a prestação de contas, que deverão ser encaminhados ao Conselho Fiscal para exame e parecer, fornecendo a esses órgãos as informações complementares que lhe forem solicitadas.

VIII – O Diretor Financeiro poderá utilizar-se do assessoramento de um Contador ou de um Técnico em Contabilidade, de um funcionário da Apae ou de um prestador de serviços para o exercício dessas atribuições.

Art. 40 – Compete ao 2º Diretor Financeiro:

I – substituir o 1º Diretor Financeiro em suas faltas, licenças e impedimentos;

II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;

III – exercer as atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 41 – Compete ao Diretor de Patrimônio:

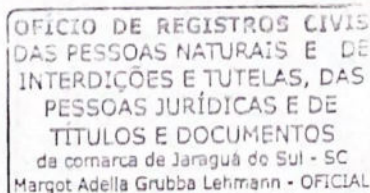
I – supervisionar, zelar e inventariar o patrimônio da Apae;

II – ter sob sua guarda e responsabilidade os bens patrimoniais da Apae;

III – providenciar a escrituração do material permanente da Apae, mantendo essa documentação em ordem e em dia.

Parágrafo único – O Diretor de Patrimônio poderá contar com o apoio de profissional especializado.

Art. 42 – Compete ao Diretor Social, de acordo com a orientação da Diretoria Executiva:





- I – organizar as atividades sociais;
- II – elaborar o programa de solenidades;
- III – realizar eventos sociais com a finalidade de promover a instituição;
- IV – promover eventos com a finalidade de arrecadar fundos, após a aprovação da Diretoria Executiva.

Seção VIII

Da Autogestão e da Autodefensoria

Art. 43 – O Programa Nacional de autogestão e autodefensoria tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento da autonomia da pessoa com deficiência intelectual e múltipla frente à sua realidade, ampliando sua possibilidade de atuar influenciando o cotidiano de sua família, da comunidade e da sociedade em geral.

Parágrafo Único – O Programa Nacional de autogestão e autodefensoria cria espaço institucional para a inserção dos autodefensores na estrutura do movimento, assegurando a participação efetiva da pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, nas Apaes, Federação das Apaes dos Estados e Federação Nacional das Apaes.

Art. 44 – Os autodefensores serão eleitos nos fóruns de autodefensores em Assembleia Geral Ordinária, a cada 3 (três) anos, convocada especialmente para este fim, permitindo-se uma reeleição consecutiva.

§ 1º – A autodefensoria será composta de 4 (quatro) membros, sendo dois efetivos, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, e dois suplentes, um do sexo masculino e outro do sexo feminino.

§ 2º – Poderão ser eleitos autodefensores as pessoas com deficiência intelectual e múltipla que estejam matriculadas e que sejam frequentes nos programas de atendimento da Apaes.

Art. 45 – Compete aos autodefensores:

- I – defender os interesses da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, sugerindo ações que aperfeiçoem o seu atendimento e a sua participação em todos os segmentos da sociedade;
- II – participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, opinando e votando sobre assuntos de interesse da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla;
- III – participar dos eventos promovidos e organizados pelo movimento Apaeano;
- IV – votar e ser votado para os cargos da autodefensoria.

OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS
DAS PESSOAS NATURAIS E DE
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC
Margot Adella Grubba Lehmann - OFICIAL
Felippe Lehmann - Humberto Lehmann



Seção IX

Do Conselho Consultivo

Art. 46 – O Conselho Consultivo será constituído pelos ex-Presidentes da Apae.

§ 1º – Somente poderão integrar o Conselho Consultivo os ex-Presidentes que tenham concluído o mandato sem interrupção motivada por: renúncia, destituição, afastamento por denúncia.

§ 2º – Ocorrendo a eleição de membro do Conselho Consultivo para compor qualquer órgão da Apae, a vaga do ex-Presidente no Conselho Consultivo será mantida, exceto para o cargo de Presidente da Apae.

Art. 47 – A Assembleia Geral verificará se o ex-Presidente preenche os requisitos, e proclamará a investidura do Conselheiro Consultivo no exercício da função.

Art. 48 – As decisões do Conselho Consultivo são meramente opinativas, não tendo força executiva senão quando acolhidas pelo Conselho de Administração.

Art. 49 – Compete ao Conselho Consultivo:

I – atuar como órgão moderador na solução de eventuais conflitos que venham a ocorrer no Movimento Apaeano no município;

II – esclarecer, quando solicitado e for possível, fatos e práticas controvertidos ou obscuros da história do Movimento Apaeano, com o fim de dar suporte à filosofia do mesmo;

III – zelar pela unidade orgânica, filosófica e programática do Movimento Apaeano;

IV – participar, mediante convite, dos eventos realizados pela Apae.

CAPÍTULO IV

Da Procuradoria Jurídica

Art. 50 – A Procuradoria Jurídica, órgão de assessoramento superior, só poderá ser exercida por pessoa de reconhecida idoneidade e saber jurídico, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 51 – O Procurador Jurídico e o Procurador Adjunto serão investidos nos respectivos cargos ou deles destituídos por indicação do Presidente da Apae, após aprovação do Conselho de Administração.

Parágrafo único – O Procurador Adjunto tem a atribuição de substituir o Procurador Jurídico nas faltas, licenças ou impedimentos deste.

Art. 52 – O Procurador Jurídico terá assento à mesa nas reuniões da Diretoria Executiva

OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS
DAS PESSOAS NATURAIS E DE
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC
Margot Adella Gribba Lehmann - OAB/SC



e do Conselho de Administração, e opinará sobre a juridicidade e a legitimidade de qualquer matéria discutida, exceto se na mesma concorrer interesse pessoal.

Art. 53 – Não constitui falta funcional a manifestação contrária do Procurador Jurídico sobre matéria de sua competência.

Art. 54 – Compete ao Procurador Jurídico:

I – atuar na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

II – defender os interesses da Apae, em juízo ou fora dele, mediante expreso mandato do Presidente ou de seu substituto legal;

III – elaborar, examinar e visar minutas de contratos e convênios;

IV – emitir parecer sobre matéria de interesse geral da Apae, pronunciando-se, ao final de cada assunto, nas reuniões de Diretoria, sobre a legalidade das proposições e a observância deste Estatuto e do Regimento Interno;

V – representar juridicamente a entidade junto a repartições públicas e privadas;

VI – pesquisar, compilar e sugerir legislação pertinente à pessoa com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;

VII – manter intercâmbio jurídico e dar interpretação final sobre matéria controvertida;

VIII – dirigir os serviços da Procuradoria da Apae.

CAPÍTULO V

Das Receitas e do Patrimônio e das Prestações de Contas

Art. 55 – As receitas da Apae, necessárias à sua manutenção, serão constituídas por:

I – contribuições de associados e de terceiros;

II – legados;

III – produção e venda de produtos serviços;

IV – subvenções e auxílios que venha a receber do Poder Público;

V – doações de qualquer natureza;

VI – quaisquer proventos e auxílios recebidos;

VII – produto líquido de promoções de beneficência;

VIII – rendas de emprego de capital ou patrimônio que possua ou venha a possuir;

OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS
DAS PESSOAS NATURAIS E DAS
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC



IX – auxílio ou recursos provenientes de convênio de entidades públicas e privadas.

Parágrafo único – As rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

Art. 56 – O patrimônio da Apae será constituído de bens móveis, imóveis, veículos e direitos, que possui e vier a adquirir.

Parágrafo único – Em caso de dissociação ou extinção da entidade, eventual patrimônio remanescente será destinado a entidades beneficentes certificadas ou entidades públicas nos termos da legislação vigente.

Art. 57 – A entidade deverá conservar, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem e o registro de seus recursos e os relativos a atos ou a operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial.

Art. 58 – As Apaes deverão apresentar as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade, quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado por Lei Complementar, que regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social.

CAPÍTULO VI

Das Eleições

Art. 59 – De três em três anos, serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária os membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

§ 1º – A eleição será realizada por votação secreta, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única.

§ 2º – Em caso de empate, considerar-se-á eleita a chapa cujo candidato a presidente seja associado, ininterruptamente, há mais tempo no quadro social da Apae.

Art. 60 – A eleição da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal será precedida de edital de convocação, publicado no mínimo 30 (trinta) dias antes da Assembleia Geral Ordinária.

I – A inscrição de cada uma das chapas candidatas deverá ocorrer na Secretaria da Apae até 20 dias antes da data da eleição a ser realizada, dentre as chapas devidamente inscritas e homologadas pela comissão eleitoral.

II – Somente poderão integrar as chapas os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da Apae, e os associados contribuintes, exigindo-se, destes, serem associados da Apae há,

OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS
DAS PESSOAS NATURAIS E DE
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC



no mínimo, 1 (um) ano, estarem quites com suas obrigações sociais e financeiras, e terem, preferencialmente, experiência diretiva no Movimento Apaeano.

III – São inelegíveis simultânea, sucessiva ou alternadamente para os cargos de Presidente, Vice-presidente e Diretores Financeiros, para a Diretoria Executiva da Apae: cônjuge, companheiro, parentes consanguíneos ou afins até o 3º grau, funcionários com vínculo direto ou indireto.

IV – Os candidatos a Presidente, Vice-Presidente e Diretores Financeiros deverão apresentar, no ato da inscrição da chapa, cópias autenticadas ou originais dos seguintes documentos:

- a) carteira de identidade;
- b) certidão de regularidade do CPF;
- c) declaração de imposto de renda atual ou declaração de próprio punho dos bens móveis e imóveis de sua propriedade;
- d) certidões negativas cíveis, criminais e eleitorais de âmbito Municipal, Estadual e Federal;
- e) ficha de filiação de associado da Apae;
- f) declaração sob as penas da lei de não ser inelegível, nos termos do inciso VI deste artigo;
- g) comprovante de residência dos candidatos no município sede da Apae;
- h) termo de compromisso.

V – É vedada a acumulação de cargos por membro do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da Apae.

VI – É vedada a participação de funcionários da Apae na Diretoria Executiva, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, com vínculo empregatício direto ou indireto.

Art 61 – O registro de chapas e os demais trabalhos da eleição serão examinados e conduzidos pela Comissão Eleitoral instituída pela Apae por meio de Resolução e regulados pelo Regimento Interno da mesma.

Art. 62 – A eleição será realizada, de três em três anos, no mês de novembro, e a posse dos membros eleitos ocorrerá no 1º dia útil do mês de janeiro do ano seguinte.

Parágrafo Único – Em caráter excepcional, se os membros eleitos não puderem tomar posse no primeiro dia útil do mês de janeiro do ano seguinte à Assembleia de Eleição, o mandato da atual Diretoria poderá ser prorrogado até a posse dos eleitos.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 63 – Toda alteração do presente Estatuto dependerá de prévia aprovação da proposta pela Federação Nacional das Apaes, devendo ser homologada pela Assembleia Geral

OFÍCIO DE REGISTROS CIV.
DAS PESSOAS NATURAIS E DE
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC



Extraordinária da Apae, convocada com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, na forma do artigo 24.

Art. 64 – A extinção da Apae ou a alteração do nome somente poderão ser feitas se determinadas e aprovadas por deliberação em Assembleia Extraordinária, instalada com a presença de, no mínimo, dois terços dos associados em dia com as obrigações sociais, cabendo à Apae remeter cópia da ata para a Federação das Apaes do Estado.

§1º – Para fusão e transformação da Apae, deverá ser observado o que determina a legislação específica em vigor.

§2º – É vedada a extinção da Apae, sua fusão ou transformação, quando houver denúncia de irregularidade protocolada na Federação do Estado e/ou na Federação Nacional das Apaes.

Art. 65 – A Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal das Apaes cujas Assembleias de Eleição tenham ocorrido em mês diverso do estabelecido neste estatuto deverão tomar as providências cabíveis para ajustar o período de mandato da Diretoria, reduzindo-o ou prorrogando-o, devendo ser observado o menor período possível para adequação do mandato.

Art. 66 – Os casos omissos no presente Estatuto serão decididos pela reunião conjunta da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, com força estatutária no que não colidir com este Estatuto, aplicando-se subsidiariamente o Código Civil.

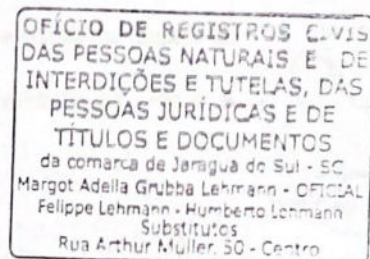
Art. 67 – A partir do encaminhamento pela Federação Nacional das Apaes do presente Estatuto para as Apaes, estas terão o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para homologação do mesmo pelas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias.

Art. 68 – O presente Estatuto entra em vigor a partir de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária e respectivo registro, devendo a Diretoria Executiva providenciar a sua divulgação.

Jaraguá do Sul, 27 de maio de 2024.

Elder Jurandir Stringari
Presidente

Patrick Gai Mercer
OAB/SC Nº 54.051A



**SÓCIOS FUNDADORES DA APAE:**

ALCIDES SANTOS AGUIAR, brasileiro, magistrado, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
ALCIDO JOÃO SCHMIDT, brasileiro, religioso, solteiro, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
ALDO ANDRIANI, brasileiro, bancário, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
ALDO PIAZERA, brasileiro, comerciante, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
ALEXANDRE GEORG OTSA, brasileiro, médico, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
AMIDES MANOEL MARTINS, brasileiro, administrador de empresa, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
AROLD SCHULZ, brasileiro, farmacêutico, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
ÁTOMOS BENIGNO GALASTRI, brasileiro, médico, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
AUGUSTO SYLVIO PRODÖHL, brasileiro, jornalista, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
DILVA M. P. JAHNKE, brasileira, professora, casada, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
DIVA SABINO TAVARES, brasileira, oficial do registro de imóveis, casada, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
DOLCIDIO MENEL, brasileiro, professor, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
DORVAL MARCATTO, brasileiro, empresário, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
EDI CELI KOHHRAUSCH, brasileira, religiosa, solteira, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
EDMUNDO AFONSO BARBI, brasileiro, funcionário público federal, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
EGBERTO SCHWANZ, brasileiro, pastor, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
EGGON JOÃO DA SILVA, brasileiro, industrial, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
ELISALDO LEUTPRECHT, brasileiro, farmacêutico, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
ERNESTINA MALLMANN, brasileira, religiosa, solteira, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
EUGÊNIO VITOR SCHMÖCKEL, brasileiro, economista, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
EWALD HEINZ BOSS, brasileiro, industrial, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
GERD EDGAR BAUMER, brasileiro, bancário, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
HELGA MALLER SEIDEL, brasileira, do lar, casada, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;
HELGA WAZLANOSKY, brasileira, religiosa, solteira, residente na cidade de

OFÍCIO DE REGISTROS CIV.
DAS PESSOAS NATURAIS E DE
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC



Jaraguá do Sul, SC;

HOLANDO MARCELINO GONÇALVES, brasileiro, professor, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

HORST STEIN, brasileiro, bancário, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

ILSON NOLTENEO BASTOS, brasileiro, técnico mecânico têxtil, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

JEANETE RASSELE, brasileira, do lar, casada, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

JOÃO LÚCIO DA COSTA, brasileiro, industrial, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

JOSÉ BAHIA, brasileiro, militar, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

JOSÉ GONÇALVES DE OLIVEIRA, brasileiro, bancário, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

JOSÉ HERMELLO MARCHI, brasileiro, industrial, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

JÚLIO MAFEZZOLLI, brasileiro, funcionário público federal, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

JUTTA BREITHAUP MARCATTO, brasileira, do lar, casada, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

LAURA AUGUSTA DA SILVA, brasileira, do lar, casada, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

LEONIDA DA SILVA MORETTI, brasileira, do lar, casada, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

LINO BARATTO, brasileiro, comerciante, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

LORENO ANTÔNIO MARCATTO, brasileiro, industrial, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

LÚCIA VILMA HECK, brasileira, religiosa, solteira, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

MARIA DE LOURDES C. DE QUEIROZ, brasileira, do lar, casada, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

MARILÚ C. DE OLIVEIRA, brasileira, do lar, casada, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

MARIO TAVARES DA C. MELLO, brasileiro, tabelião, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

MARTHA DIETRICH, brasileira, religiosa, solteira, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

MITON C. DE QUEIROZ, brasileiro, militar, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

MOUSA NACLI, brasileiro, industrial, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

OCTACILIO PEDRO RAMOS, brasileiro, industrial, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

OLAVO WESCHENFELDER, brasileiro, magistrado, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

OLINDA BAHIA, brasileira, do lar, casada, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

ORLANDO B. DA SILVA, brasileiro, industrial, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS
DAS PESSOAS NATURAIS E DE
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC
Margot Adella Grubba Lehmann - OFICIAL
Felippe Lehmann - Humberto Lehmann



OSCAR MAX SEIDEL, brasileiro, industrial, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

OSMAR JOSÉ VAILATTI, brasileiro, comerciante, solteiro, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

OSMAR NELSON SCHROEDER, brasileiro, médico, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

PAULO MORETTI, brasileiro, professor, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

RENATO RABOCH, brasileiro, comerciante, solteiro, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

RIVADAVIA RASSELE, brasileira, jornalista, casada, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

ROLANDO JAHNKE, brasileiro, técnico em contabilidade, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

ROSEDETE L. G. SCHROEDER, brasileira, do lar, casada, residente na cidade de Joinville, SC;

ROSEMEIRE P. VASEL, brasileira, estensionista, casada, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

RUBENS NICOLUZZI, brasileiro, industrial, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

RUTH LUISE ERIKA OTSA, brasileira, do lar, casada, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

SIGMAR BENNO LUCHT, brasileiro, bancário, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

TEREZA DE JESUS GONÇALVES, brasileira, religiosa, solteira, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

TERESA M. R. NICOLUZZI, brasileira, do lar, casada, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

WALTRUDES S. DA SILVA, brasileira, do lar, casada, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

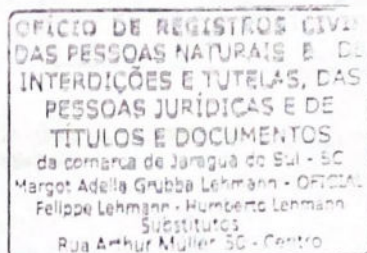
EWALDO ALBERTO PETRY, brasileiro, industriário, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC;

FLÁVIO ORLANDO RUBINI, brasileiro, industrial, casado, residente na cidade de Jaraguá do Sul, SC.

Jaraguá do Sul, 27 de maio de 2024.

Elder Jurandir Stringari
Presidente

Patrick Gai Mercer
OAB/SC Nº 54.051A





EDITAL DE CONVOCAÇÃO

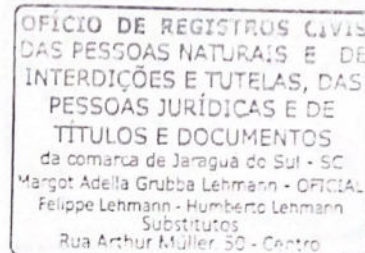
Em atenção às disposições do Estatuto da APAE de Jaraguá do Sul, convocamos os senhores membros da Diretoria a comparecerem à ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, que será presencial na sede da Apae localizada da Rua Benildo Zamin, 560, bairro Centenário em Jaraguá do Sul, no dia 23 de fevereiro de 2023 às 17:00 em primeira convocação com mínimo de 2/3 dos membros e em segunda convocação às 17:30, com qualquer número, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

- Aprovar plano de ação de 2023;
- Aprovar o orçamento de 2023;
- Homologar alteração no estatuto;
- Outros.

Jaraguá do Sul, 10 de fevereiro de 2023.

Elder J. Stringari

Presidente

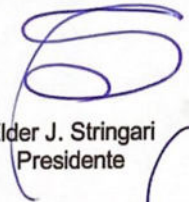





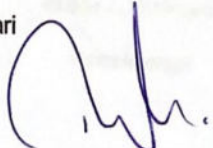
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL 01/2023

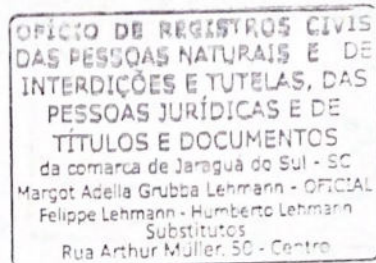
Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaraguá do Sul, realizada no dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e três às 17 horas em primeira convocação e às 17 horas e trinta minutos, em segunda convocação, na sede da APAE localizada na Rua Benildo Zamin, 560 em Jaraguá do Sul, conforme convocação enviado para todos os associados através do grupo de whatsapp. Presentes os associados especiais e contribuintes, quites com suas obrigações sociais e financeiras, nos termos do art. 23 do estatuto social. Declaramos que estiveram presentes os associados, contribuintes e convidados conforme lista de presença. A presente Assembleia Geral Ordinária tem a seguinte ordem do dia: aprovar o plano de ação de 2023; aprovar o orçamento de 2023; homologar alterações no estatuto nos artigos 2º, 9º, 10º, 14º, 17º, 21º, 24º, 34º, 55º, 56º e capítulo V conforme orientação da Federação Nacional das APAEs e aprovar a cedência do final da rua Valmor Zonta. Colocado em votação, todos os temas da ordem do dia foram aprovados POR UNANIMIDADE. Nada mais havendo a ser deliberado, a Assembleia Geral Ordinária foi encerrada às 19h00 e a presente ata vai assinada por mim, 1ª Diretora Secretária e pelo Presidente da APAE.

Jaraguá do Sul, 23 de fevereiro de 2023.


Elder J. Stringari
Presidente


Sabrina Adami Schappo
1ª Secretária


Patrick Gai Mercer
Advogado
OAB 54.051A





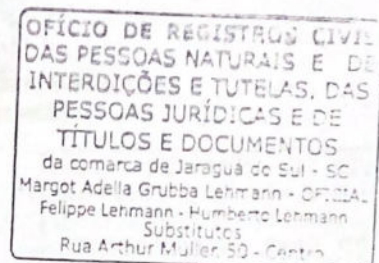
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Em atenção às disposições do Estatuto da APAE de Jaraguá do Sul, convocamos os senhores membros da Diretoria a comparecerem à ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, que será de forma online no dia 27 de maio de 2024 às 17:00 em primeira convocação com mínimo de 2/3 dos membros e em segunda convocação às 17:30, com qualquer número, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

- Aprovação das contas no ano anterior;
- Aprovação do relatório de atividades 2023;
- Outros

Jaraguá do Sul, 26 de abril de 2024.

Elder J. Stringari
Presidente





ATA DA ASSEMBLEIA GERAL 02/2024



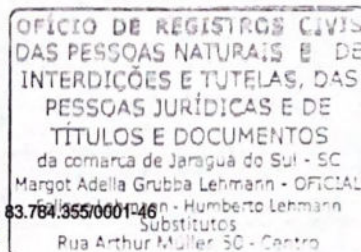
Ata da Assembleia Geral Ordinária virtual da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaraguá do Sul, realizada no dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e quatro às 17 horas em primeira convocação e às 17 horas e trinta minutos, em segunda convocação, através da plataforma Google Drive no link <https://meet.google.com/mbx-hdmn-nhc>, conforme convocação feita pelo Edital do 26 de abril de 2024, publicado no Jornal do Vale, página 06 de 03/05/2024; feita através do site: www.apaejaragua.org.br e enviado para todos os associados através do grupo de whatsapp da Equipe Diretiva e grupo de Pais. Presentes os associados especiais e contribuintes, quites com suas obrigações sociais e financeiras, nos termos do art. 23 do estatuto social. Declaramos que estiveram presentes os associados e contribuintes: Elder J. Stringari, Elizabete A. S. Barbosa, Emir Franzoi, Sabrina A. Schappo, Raul A. Ulrich; Valdecir R. Pellis; Katia C. Guenther; Marcos R. Bertoldi; Rodrigo S. Pascon; Andreia Voltolini; Bruna da Silva B. Langsch; Nildo de Souza, Solange Drachinski, Telmo D. Klemz e Siclair R. Castilho. Convidados: Pricila L. Müller, Yeda Marsaro, Simone Orthmann, Jaqueline Alves, Ivanderson Zabel, Catia Feder, Maike Baumgartel, Simone M. Leite e Tiago Pintarelle. A presente Assembleia Geral Ordinária tem a seguinte ordem do dia: aprovar as contas no ano anterior; aprovar o relatório de atividades 2023 e Outros com os temas "homologar as alterações do estatuto no artigo 56º"; "aprovar a adequação do plano de contingência" e "aprovar a aquisição de veículo". Colocado em votação, todos os temas da ordem do dia foram aprovados POR UNANIMIDADE. Nada mais havendo a ser deliberado, a Assembleia Geral Extraordinária foi encerrada às 18h39 e a presente ata vai assinada por mim, 1ª Diretora Secretária e pelo Presidente da APAE.

Jaraguá do Sul, 27 de maio de 2024.


Elder J. Stringari
Presidente

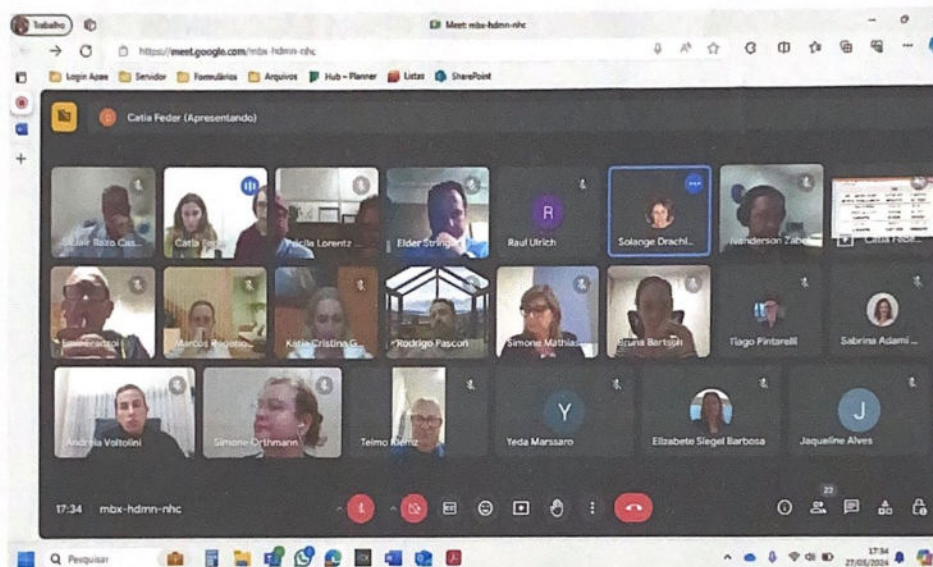

Sabrina Adami Schappo
1ª Secretária


Patrick Gai Mercer
Advogado
OAB 54.051A





**LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLEIA GERAL 02/2024 REALIZADA EM 27/05/2024
ATRAVÉS DA PLATAFORMA ONLINE.**



Mensagens na chamada



Permitir que todos os participantes enviem mensagens

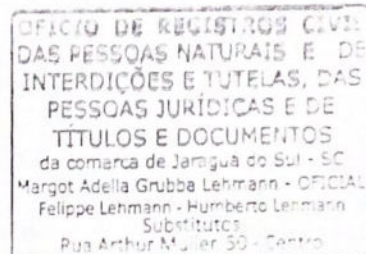


A menos que estejam fixadas, as mensagens só aparecem para as pessoas na chamada quando são enviadas, e são excluídas quando a ligação é encerrada.

Pricila Lorentz Müller 17:35
Pessoal favor fechar o audio

Pricila Lorentz Müller 17:49
Para registrar na lista de presença da ATA, estou aqui com o Sr Valdecir Pellis e o Sr Nildo de Souza presencialmente

Enviar uma mensagem



Estado de Santa Catarina
Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e de Tutelas, das
MARGOT ADELIA GRUBBA LEHMANN - Oficial Registradora
Rua Arthur Müller, 60, Centro, Jaraguá do Sul - SC, 89261-030 - (47) 3512-4110 -
contato@registrociviljaraguadosul.com.br

4ª AVERBAÇÃO EM REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

Protocolo: 013317 Data 29/08/2024 Livro: 0011 Folha: 218
Registro: 014555 Data 29/08/2024 Livro: A-098 Folha: 008

Qualidade: Integral | Natureza: ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS ESCEPCIONAIS DE

Apresentante: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS

Emolumentos: Averbação Isento, FRJ Isento, 16670

Selo Digital de Fiscalização do tipo Isento - HEI0481-6QDB

Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>

Dou fé, Jaraguá do Sul - 29 de agosto de 2024

FELIPPE LEHMANN - Registrador Substituto



OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS
DAS PESSOAS NATURAIS E DE
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC
Margot Adelia Grubba Lehmann - OFICIAL
Felipe Lehmann - Humberto Lehmann
Substitutos
Rua Arthur Müller, 50 - Centro



ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL DA APAE DE JARAGUÁ DO SUL

Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, às dezessete horas, na sede da APAE, situada na rua Benildo Zamin, nº 560, neste município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, com a presença dos associados especiais e contribuintes, conforme lista de presença e Edital de Convocação publicado no jornal, redes sociais e nos canais de WhatsApp. A Assembleia Geral Ordinária foi instalada pelo atual Presidente da APAE, sendo eleitos para condução da Assembleia Geral Ordinária o Presidente e o Secretária, respectivamente Sr. Emir Franzoi e Katia Cristina Guenther, sendo convocado o Presidente da APAE de Jaraguá do Sul, Sr. Elder J. Stringari para a apresentação do relatório de gestão de 2020 – 2022 que passou a palavra para a Diretora Pricila L. Müller. Em seguida foi realizada a Eleição da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e Conselho Fiscal para o exercício do mandato no período de 01/01/2023 a 31/12/2025, sendo a chapa do atual presidente eleita por aclamação e ficando constituída dos seguintes membros: **PRESIDENTE:** Sr. Elder Jurandir Stringari, portador da cédula de identidade 1587384, inscrito no CPF sob o nº 645.428.409-30, residente na rua Tiberio Rozza, nº 213, Vila Nova, município de Jaraguá do Sul - SC; **VICE-PRESIDENTE:** Sra. Elizabete Andrade Siegel Barbosa, portador da cédula de identidade nº 2.830.459, inscrito no CPF sob o nº 976.359.019-15, residente na rua Piçarras, nº 60, Ap. 902, Centro, município de Jaraguá do Sul - SC; **DIRETOR PATRIMÔNIO:** Sr. Emir Franzoi, portador da cédula de identidade nº 526.953, inscrito no CPF sob o nº 292.680.369-91, residente na rua Paulo Hafermann, 83, Ilha da Figueira, município de Jaraguá do Sul - SC; **DIRETOR PATRIMÔNIO SUPLENTE:** Sr. Fernando Cardoso Garcia, portador da cédula de identidade nº 4.875.823, inscrito no CPF sob o nº 026.483.378-30, residente na rua Expedicionário Cabo Harry Hadlich, nº 817 - Apto. 801, Centro, município de Jaraguá do Sul - SC; **1ª DIRETORA SECRETÁRIA:** Sra. Sabrina Adami Schappo, portador da cédula de identidade nº 6093552, inscrito no CPF sob o nº 937.902.609-91, residente na rua Joaquim Francisco de Paula, 222, município de Jaraguá do Sul - SC; **2ª DIRETOR SECRETÁRIO:** Telmo Ditlef Klemz,

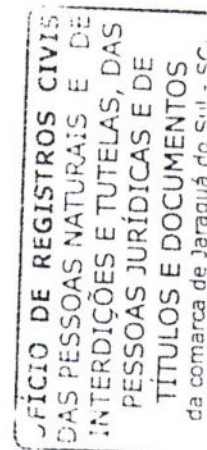
OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS
DAS PESSOAS NATURAIS E DE
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC
Márcio Adella Crubler - Oficial



portador da cédula de identidade nº 1.678.571-1, inscrito no CPF sob o nº 550.928.299-15, residente na rua Hedwig Froelich Bruns, nº 181, bairro Ilha da Figueira, município de Jaraguá do Sul – SC; **1º DIRETOR FINANCEIRO:** Sr. Raul Andrigo Ulrich, portador da cédula de identidade nº 2987711, inscrito no CPF sob o nº 030.213.539-15, residente na rua Leopoldo Janssen, 465 apto 901, bairro centro, município de Jaraguá do Sul – SC; **2º DIRETOR FINANCEIRO:** Sr. Valdecir Ramires Pellis, portador da cédula de identidade nº 1.580.297, inscrito no CPF sob o nº 481.348.999-00, residente na rua Governador Jorge Lacerda, 506 cx 09 apto 501, bairro centro, município de Jaraguá do Sul; **DIRETORA SOCIAL:** Sra. Katia Cristina Guenther, portadora da cédula de identidade nº 2.445.581, inscrita no CPF sob o nº 866.647.009-72, residente na rua Emilio Stein, 337, bairro Centro, município de Jaraguá do Sul – SC; **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** Sra. Elenice Bahr Garcia, portadora da cédula de identidade nº 4241777, inscrito no CPF sob o nº 032.741.859-14, residente na rua Teresa Aigner Hruschka, nº 133, bairro São Luiz, município de Jaraguá do Sul – SC; Sr. Adolar Moretti, portador da cédula de identidade nº 19R/544.557, inscrito no CPF sob o nº 292.535.359-20, residente na rua João Januário Ayroso, nº 25, bairro Jaraguá Esquerdo, município de Jaraguá do Sul – SC; Sr. Siclair Razo Castilho, inscrito no CPF sob o nº 633.393.159-49, residente na Rua Tomaz Francisco de Goes, 274, bairro Nova Brasília, município de Jaraguá do Sul; Sr. Nildo de Souza, portador da cédula de identidade nº 886.501-9, inscrito no CPF sob o nº 380.126.699-00, residente na rua Guilherme Hering, nº 30, bairro centro, município de Jaraguá do Sul – SC; Sra. Sabrina Pereira, portadora da cédula de identidade nº 491435-14, inscrita no CPF sob o nº 056.393.319-41, residente na rua 29 de Outubro, nº 33 – Apto. 801, bairro centro, município de Jaraguá do Sul – SC; Sr. André Leonardo Palhano, portadora da cédula de identidade nº 4093810, inscrita no CPF sob o nº 077.352.089-95, residente na rua Marcelo Barbi, 406, bairro Tifa Martins, município de Jaraguá do Sul – SC; Ana Paula Scheuer, portadora da cédula de identidade nº 4.597.257, inscrito no CPF sob o nº 033.967.159-93, residente na rua Henrique Bortolini, 177, bairro Jaraguá esquerdo, município de Jaraguá do Sul – SC; Edegart Deretti, portador da cédula de identidade nº 1137618, inscrita no CPF sob o nº 552.044.069-72, residente na rua Paulo Benkendorf,




296, Czerniewicz, município de Jaraguá do Sul – SC; Bruna da Silva Bartsch Langsch, portadora da cédula de identidade nº 4153303, inscrita no CPF sob o nº 004.860.769-03, residente na rua Presidente Jucelino, nº 247 apto 1202, bairro centro, município de Jaraguá do Sul – SC; Claudia Maria Diedrich Jardim, portadora da cédula de identidade nº 5028170801, inscrita no CPF sob o nº 469.202.180-20, residente na rua Exp. Osealdo Kanzler, nº 271/24, bairro centro, município de Jaraguá do Sul – SC; **CONSELHO FISCAL - TITULARES:** Sr. Francisco dos Santos Tavares Junior, portador da cédula de identidade nº 2.763.699, inscrito no CPF sob o nº 003.806.939-33, residente na rua Jose Rumf, 84, bairro Jaraguá esquerdo, município de Jaraguá do Sul – SC; Sr. Marcos Rogerio Bertoldi, inscrito no CPF sob o nº 902.789.099-49, residente na rua Exp. Cabo Harry Hadlich, 817 apto 802, bairro centro, município de Jaraguá do Sul – SC; Sr. Dalton Lueders, portador da cédula de identidade nº 2.440.734, inscrita no CPF sob o nº 948.740.699-91, residente na rua Adolfo Sacani, 36 – apto. 804, Centro, município de Jaraguá do Sul – SC; **CONSELHO FISCAL SUPLENTE:** Sra. Cristiane Lucht, portadora da cédula de identidade nº 130203704, inscrita no CPF sob o nº 533.557.849-15, residente na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº 972, Centro, município de Jaraguá do Sul – SC; Sra. Andreia Voltolini, inscrita no CPF sob o nº 005.358.449-05, residente na rua Exp. Cabo Harry Hadlich, 817, bairro centro, município de Jaraguá do Sul – SC; Sr. Rodrigo Soave Pascon, inscrito no CPF sob o nº 166.475.658-25, residente na rua Leopoldo Mahnke, 305 apto 201, bairro Centro, município de Jaraguá do Sul – SC; **PROCURADORES:** Sr. Ricardo Luis Mayer, portador da cédula de identidade nº 954320, inscrito no CPF sob o nº 432.939.999-72, residente na rua José Papp, nº 346, bairro Barra do Rio Cerro, município de Jaraguá do Sul – SC; Sr. Celio Dalcanale, portador da cédula de identidade nº 1489183, inscrito no CPF sob o nº 548.096.309-00, residente na rua Horácio Rubini, nº 628, bairro Barra do Rio Cerro, município de Jaraguá do Sul – SC; **AUTODEFENSORES – TITULARES:** Sr. Diogo Victor de Freitas de Brito, portador da cédula de identidade nº 5347324, inscrito no CPF sob o nº 702.916.554-32, residente na rua Rua Dauri Oening, nº 72, bairro Três Rios do Sul, município de Jaraguá do Sul – SC; Srta. Bruna Sabrina Bueno Lins, portadora da cédula



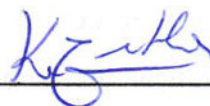
de identidade nº 6224859, inscrita no CPF sob o nº 088.870.029-67, residente na rua Rua Gerhardt Muller, s/n, bairro Rio da Luz, município de Jaraguá do Sul – SC;

AUTODEFENSORES – SUPLENTE: Sr. Wesley Ataide Barros Nora, portador da cédula de identidade nº 5.197.616-1, inscrito no CPF sob o nº 066.917.359-27, residente na rua Maximino Beber, nº 512, bairro Santo Antônio, município de Jaraguá do Sul – SC; Srta. Catiana Ferreira, portadora da cédula de identidade nº 5192742, inscrita no CPF sob o nº 009.799.809-50, residente na rua Rua José Emmendoerfer, nº 173, bairro Nova Brasília, município de Jaraguá do Sul – SC. A Diretoria da APAE de Jaraguá do Sul eleita toma posse no 1º (primeiro) dia útil do mês de janeiro de 2023, em cumprimento ao disposto no art. 60 do Estatuto da APAE. Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a Assembleia Geral, cuja Ata foi lavrada por mim secretária e vai assinada também pelo Presidente da Assembleia.



Presidente da Assembleia Emir Franzoi

OFÍCIO DE REGISTROS CIVIS
DAS PESSOAS NATURAIS E DE
INTERDIÇÕES E TUTELAS, DAS
PESSOAS JURÍDICAS E DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
da comarca de Jaraguá do Sul - SC
Márgot Adella Grubba Lehmann - OFICIAL
Felipe Lehmann - Humberto Lehmann
Substitutos
Rua Arthur Müller, 50 - Centro



Secretária da Assembleia Katia Cristina Guenther



Presidente Eleito Elder J. Stringari

Estado de Santa Catarina
Ofício do Registro Civil das Pessoas Naturais e de Interdições e de Tutelas, das
MARGOT ADELIA GRUBBA LEHMANN - Oficial Registradora
Rua Arthur Müller, 50 - Centro - Jaraguá do Sul - SC. 89251-030 - (47) 3612-4110 -
contato@registrociviljaraguadosul.com.br

VERBAÇÃO EM REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

Protocolo	012297	Data	07/12/2022	Livro	0010	Folha	051
Registro	013586	Data	07/12/2022	Livro	A-091	Folha	089
Registro Origem	000204	Data	14/11/1973	Livro	A-002	Folha	010

Qualidade Integral | Natureza: ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE
ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO DE
APRESENTANTE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS
Emolumentos: Averbação: Isento, Selo: Isentos, Arquivamento: Isento

Selo Digital de Fiscalização do tipo Isento -
GQC60279-Q5VX
Dou fé, Jaraguá do Sul, 07 de dezembro de 2022

HUMBERTO LEHMANN - Registrador Substituto



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 83.784.355/0001-46 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/08/1981
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) APAE	PORTE DEMAIS
--	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO R BENILDO ZAMIN	NÚMERO 560	COMPLEMENTO *****
-------------------------------	---------------	----------------------

CEP 89.256-718	BAIRRO/DISTRITO CENTENARIO	MUNICÍPIO JARAGUA DO SUL	UF SC
-------------------	-------------------------------	-----------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (47) 3370-2735
---------------------	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/07/1998
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 11/10/2024 às 16:46:08 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS**
CNPJ/CPF: **83.784.355/0001-46**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão: **240140175110124**
Data de emissão: **09/06/2024 08:29:01**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158): **06/12/2024**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
CNPJ: 83.784.355/0001-46

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:21:02 do dia 21/10/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/04/2025.

Código de controle da certidão: **FC6B.2CC4.4633.2F81**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 83.784.355/0001-46
Razão Social: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
Endereço: R BENILDO ZAMIN 560 / CENTENARIO / JARAGUA DO SUL / SC / 89256-718

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/10/2024 a 20/11/2024

Certificação Número: 2024102220110549510650

Informação obtida em 07/11/2024 13:09:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS CNPJ: 83784355000146

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Contribuinte: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Endereço: Rua BENILDO ZAMIN, 560 - Bairro Centenário - Compl. . - CEP 89.256-718

OBS: Após quitação do débito, deve-se aguardar 36(horas) para a emissão da CND com a situação atualizada.

Código de Controle

CWEWI9TSEZKH3Q31

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

<https://www.jaraguadosul.sc.gov.br/>

Jaraguá do Sul (SC), 18 de Outubro de 2024



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 83.784.355/0001-46

Certidão nº: 77314445/2024

Expedição: 07/11/2024, às 13:10:23

Validade: 06/05/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **83.784.355/0001-46**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.